

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE AGRONOMIA

LEUDA CAROLINE BRITO DE ASEVEDO

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE MULHERES INTEGRADAS NA  
AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE SÃO LUÍS, MIRINZAL E  
ITAPECURU MIRIM**

SÃO LUÍS - MA

2019

LEUDA CAROLINE BRITO DE ASEVEDO

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE MULHERES INTEGRADAS NA  
AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE SÃO LUÍS, MIRINZAL E  
ITAPECURU MIRIM**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão, com requisito para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

São Luís - MA

2019



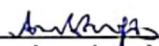
LEUDA CAROLINE BRITO DE ASEVEDO

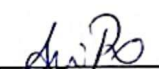
**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE MULHERES INTEGRADAS NA  
AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE SÃO LUÍS, MIRINZAL E  
ITAPECURU MIRIM**

Monografia apresentada ao Curso de  
Agronomia do Centro de Ciências Agrárias  
da Universidade Estadual do Maranhão, com  
requisito para obtenção do título de  
Engenheira Agrônoma.

Aprovada em 04/07/2019

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Profa Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati – Orientadora  
DER/CCA/UEMA

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ariadne Enes Rocha  
DFF/CCA/UEMA

  
\_\_\_\_\_  
Msc. Sánara Adrielle França Melo  
LABEX/UEMA

Asevedo, Leuda Caroline Brito de.

Diagnóstico socioeconômico de mulheres integradas na agricultura familiar nos municípios de São Luís, Mirinzal e Itapecuru Mirim. / Leuda Caroline Brito de Asevedo. – São Luís, 2019.

37 páginas

Monografia (Graduação) – Curso de Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati .

1.Agricultura familiar. 2.Agricultoras. 3.Gênero. I.Título

CDU: 631.1-055.2(812.1)

*Dedico este trabalho a minha amada mãe (in  
memoriam), ao meu velho pai que tanto lutou  
para educar seus filhos, minha tia que me  
acolheu todos esses anos, aos meus irmãos e  
amigos.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, nosso Pai supremo, pelo dom da vida e por me dar forças para superar todas as dificuldades que surgiram ao longo do curso e pela conclusão de mais um trabalho.

Aos meus familiares, meu porto seguro, José Felipe (pai), Marliza (Tia- Mãe) e meus irmãos Kacia, Keith, Felipe e Paula.

Aos eternos amigos que fiz ao longo dessa caminhada, que de alguma forma contribuíram para que dificuldades pudessem ser superadas e pelos bons conselhos: Bárbara Noeme, Chiara Sanches, Joice Sousa, Fábio Garcez, Milena Nolasco, Raymyson Queiroz, Werly Soeiro. Tudo seria mais difícil sem vocês.

A Leticia Raquel Sousa, que tanto me ajudou no início deste curso, muito obrigada.

A professora Thais Roseli, que com sua bondade despertou em mim o amor pela biotecnologia e por ter me proporcionado uma visão nova do Curso de Agronomia.

A equipe do laboratório de Cultura de Tecidos (LCT), que me acolheu e tanto me ensinou, serei eternamente grata.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pelas oportunidades oferecidas, serei eternamente grata por cada experiência dentro ou fora dela.

A todas as mulheres trabalhadoras rurais, que dedicaram um pouco de seu tempo para contribuir com a elaboração deste trabalho, verdadeiras guerreiras.

A dona Domingas, representante da comunidade Quilombola Pedrinhas, por ter nos auxiliado na aplicação dos questionários, sua ajuda foi imprescindível.

Ao Dr. José Mario Frazão, pelo incentivo na aplicação dos questionários, por sua bondade e boa vontade em ajudar.

À professora Ana Maria Aquino, pelas orientações e por embarcar nessa viagem comigo, pelas oportunidades oferecidas ao longo do curso.

A turma mais incrível de agronomia 2014.1, pela parceria de sempre, orgulho de compartilhar alegrias e desespero com vocês, sentirei saudades.

Aos professores do COLUN, que me proporcionaram conhecer melhor o dia a dia de uma comunidade Quilombola.

*Seja forte e corajoso.*

*(Josué 1:9)*



## RESUMO

O estudo teve por objetivo analisar a dinâmica de vida e trabalho de mulheres integradas na agricultura familiar. A pesquisa utilizou dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através da aplicação de um questionário estruturado contendo 31 perguntas abertas e fechadas realizada com 40 mulheres agricultoras familiares moradoras dos municípios de São Luís, Itapecuru Mirim e Mirinzal, do estado do Maranhão. Os dados secundários foram obtidos através da pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam que as mulheres ainda são vistas como apenas ajudantes de seus maridos ou companheiros, que seu trabalho não se limita apenas ao trabalho na roça, mas também desenvolvem outras atividades para complementação de sua renda, mas, com muito trabalho e empenho, o reconhecimento de seus direitos tem acontecido. A pesquisa também mostrou que mulheres que participam de alguma associação, sindicato ou cooperativa têm mais conhecimento sobre programas governamentais voltados ao fortalecimento da agricultura e, conseqüentemente, se tornam mais empoderadas em reconhecer seus direitos como mulheres produtoras. É cada vez mais crescente a participação das mulheres na hora de tomar decisão, já que ela contribui significativamente com a renda mensal familiar.

**Palavra-Chave:** Agricultura Familiar. agricultoras. Gênero

## **ABSTRACT**

The reasearch has as goal to analyse the life and work dynamics of women integrated in the family farming. The research used primary and secondary data. Primary data was colected by means of structured questionnaires containing 31 open and closed questions done with 40 women from different regions of Maranhão. Women who participated where from São Luís, Itapecuru Mirim and Mirinzal. Secondary data was obtained by means of a bibliographical research. The results point that women are still seen just as their husbands or partners' assistants, that their job are not limited by farm working, but also developing other activities to complement their income, but these women, along with hard work and effort, in the search of their rights are being recognized. The research also showed that women who participate of some association, union or cooperative have more knowledge in programs for the strengthening of family farming and in consequence they become more empowered by recognizing their rights. It is ever-increasing the participation of women when the time comes to make a decision, as they strongly contribute with the monthly family income.

**Key Words:** Family farming. Farmers. Genre

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização dos municípios pesquisados .....	23
Figura 2	Grau de escolaridade das Mulheres.....	25
Figura 3	Papel das mulheres dentro das associações, sindicatos e cooperativas.....	26
Figura 4	Atividades econômicas desenvolvida somente por mulheres.....	27
Figura 5	Dificuldades encontradas pela mulher do campo.....	28
Figura 6	Horas dedicadas ao trabalho no campo.....	29
Figura 7	Atividades desenvolvida por mulheres para complementação de Renda.....	30

## **LISTAS DE ABREVIATURAS**

CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MSTR	Movimento de Trabalhadores Rurais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atenção Integrada à Família
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>Objetivo .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Objetivo geral .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>Referencial teórico .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1</b>	<b>Divisão sexual do trabalho no âmbito rural .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2</b>	<b>Gênero, trabalho e mulher rural .....</b>	<b>16</b>
<b>3.3</b>	<b>Políticas públicas e fortalecimento da igualdade entre gêneros .....</b>	<b>17</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Programa de organização produtiva de mulheres rural (POPMR)....</b>	<b>18</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Programa nacional de documento da trabalhadora rural (PNDTR)..</b>	<b>18</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Pronaf-mulher .....</b>	<b>19</b>
<b>3.3.4</b>	<b>Reforma agrária .....</b>	<b>19</b>
<b>3.4</b>	<b>Movimentos sociais em pró das trabalhadoras rurais.....</b>	<b>20</b>
<b>3.5</b>	<b>Empoderamento feminino .....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>23</b>
<b>4.1</b>	<b>Local de estudo- municípios do estado do Maranhão.....</b>	<b>23</b>
<b>4.2</b>	<b>Técnicas de coletas de dados e variáveis.....</b>	<b>23</b>
<b>4.3</b>	<b>Método de análise.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>Resultados e discussão.....</b>	<b>25</b>
<b>5.1</b>	<b>Caracterização social das mulheres.....</b>	<b>25</b>
<b>5.2</b>	<b>Dimensão produtiva.....</b>	<b>28</b>
<b>5.3</b>	<b>Dimensão econômica.....</b>	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
	<b>Referências</b>	<b>34</b>
	<b>Apêndice A – Questionário utilizado na pesquisa</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura é uma das atividades mais importantes desenvolvidas pela humanidade, o que proporcionou ao homem que se fixasse em um ambiente onde pudesse desenvolver cultivos para seu sustento e de sua família, e assim deixando de ser nômade. Ao longo dessa evolução observamos a figura masculina assumindo um papel de maior destaque, enquanto a figura feminina, mesmo desenvolvendo atividades importantes neste meio, era vista apenas como “dona de casa” apequena diante do marido, independente do grau de interferência, era vista meramente como auxiliar a da figura masculina, nesse contexto nota-se sua invisibilidade (SANTOS, 2016).

Segundo Buarque (2002), inicialmente foi a mulher que teve o primeiro contato com a agricultura e, enquanto dividia seu tempo cuidando dos filhos e da casa, começou a plantar verduras e flores, assim aproveitando o tempo e o local disponível. A agricultura familiar de hoje manifestou-se através desses pequenos gestos desenvolvidos pelas mulheres nos espaços vazios dos grandes latifúndios.

Em meio a essa grande contribuição, em que a mulher é a pioneira, a sociedade atual ainda impõe resistência em reconhecer o seu trabalho, que ainda é visto somente como uma “ajuda” ao homem agricultor. Com o desenvolvimento da agricultura familiar, onde a maior parte da mão de obra usada na lavoura é oriunda de parentes, a família se torna a principal responsável pela produção, onde muito pouco utiliza mão de obra contratada (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

Nesse meio vemos a mulher assumir um papel cada vez mais relevante, tendo em vista que no âmbito rural a mulher está diretamente ligada às atividades voltadas para o autoconsumo familiar, baixo grau de obtenção de renda e assalariamento e que requer menos força física, tais como: a criação de animais de pequeno porte, horticultura, ordenha das vacas. Para Nascimento (2011), esse trabalho não é reconhecido, é visto como uma mera obrigação, onde homens e mulheres desenvolvem atividades no mesmo espaço, porém com significados diferentes.

O ambiente rural, consolidado no casal, no modelo de família tradicional é muito hierarquizado, assim nota-se uma severa divisão de papéis, tarefas e espaços. Ao homem são atribuídas as tarefas do trabalho da terra tido como mais pesado e as transações do mercado. Já à mulher cabe à responsabilidade de cuidar da casa, da criação de animais e o entorno, como o quintal e a horta, tarefas tão importantes

quando a desenvolvida pelo homem, mas vista como uma simples obrigação (PERROT, 2015).

Em meio a essa situação, as mulheres procuraram formas de ter seu trabalho valorizado e reconhecido, por meio de ações ou termos, o empoderamento vem reafirmar essa ideia. O termo Empoderamento está diretamente relacionado à autonomia, reconhecendo e valorizando o indivíduo, companheiros que dividem suas funções na produção dentro de uma propriedade rural. A consequência do empoderamento é mostrar aos indivíduos seus direitos e o quanto são capazes de agir com o objetivo de melhorar sua situação de vida, mostrando o quanto podem aumentar a capacidade de se sentirem e se tornarem influentes na trajetória de vida, podendo ser considerada a independência pessoal. Outra consequência do empoderamento é tornar o indivíduo o objeto transformador e um colaborador do processo pela integração entre os gêneros (SANTOS, 2016).

A importância da valorização do trabalho rural feminino não é uma luta recente, já ganhou destaque em 1992 no estudo feito por Gasson e Winter (1992), onde revelaram que era cada vez mais forte o poder das mulheres, quando elas possam gerar autonomia e tomar decisão independente das atividades desenvolvidas no âmbito da propriedade rural.

A luta das mulheres por direitos iguais entre gênero desafia as tradicionais relações familiares por manifestar a posição que privilegia e possibilita o desempoderamento do homem, bem como, na condição da mulher dividir com o homem responsabilidades que antes eram desenvolvidas por elas.

Dessa maneira, o empoderamento da mulher exige mudanças e compreensão por parte dos familiares, pois para se colocar em prática advém da participação da mulher em relação a opiniões, bens, escolhas na vida, permitindo a tomada de decisão familiar na produção, quando e o que produzir (DEERE; LEÓN, 2002).

Também se configura como processo de incentivo, pois exerce uma grande influência sob outros indivíduos, fazendo-os desenvolver um pensamento crítico a realidade, e conscientiza-los com relação a alterações da relação social de poder (BAQUERO, 2006).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Fazer o diagnóstico social, econômico e produtivo das mulheres agricultoras familiares, assim como, caracterizar a divisão social e sexual do trabalho feminino na atividade agrícola.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- a) Caracterizar socioeconomicamente as agricultoras;
- b) Identificar quais as atividades desenvolvidas por elas e sua participação na renda familiar;
- c) Caracterizar a divisão social e sexual do trabalho na família, na atividade agrícola e a situação de vida e trabalho das mulheres;
- d) Descrever os principais problemas enfrentados pelas mulheres agricultoras.



### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Divisão Sexual do Trabalho no Âmbito Rural

Segundo, Silva et al. (2012), o sistema capitalista e o patriarcado exploram a força de trabalho das mulheres, porém as mulheres são mais exploradas no mesmo espaço social, no trabalho, na família, na vida cotidiana. No caso das mulheres agricultoras, a exploração possui diferentes dimensões, a exploração ocorre no trabalho no campo, onde a sua mão de obra para produzir determinados alimentos não é levado em consideração na venda do produto final, assim como também, no trabalho não remunerado ao longo da sua rotina: trabalho doméstico, alimentação da família, cuidado com idosos e crianças, entre outros.

Nós, mulheres, somos duplamente exploradas por vivermos no sistema capitalista e no sistema patriarcal. No sistema patriarcal, em que os homens têm mais poder do que nós e tem poder sobre nós, também predomina outra divisão social do trabalho, que é a divisão sexual do trabalho. Ela é um dos mecanismos que sustentam a opressão e a exploração dos homens sobre nós, mulheres. O sistema capitalista se apropria dessa divisão para explorar mais as mulheres no trabalho remunerado e se apropriar do trabalho doméstico gratuito que é realizado por nós (SILVA et al., 2012, p.13).

Em meio as diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres em relação à divisão das tarefas domésticas e outras tarefas não remuneradas, Silva et al. (2012), destacam que o trabalho doméstico é de suma importância para garantir energia para a execução do trabalho, sem o desempenho das funções de subsistência as atividades de produção não se viabilizariam. As tarefas domésticas são exclusivamente realizadas pelas mulheres, consumindo grande parte do seu tempo e energia, impossibilitando a autonomia econômica e, para muitas, acaba levando ao confinamento doméstico.

Outro problema encontrado pelas agricultoras, é que esse trabalho desenvolvido em maior parte das vezes exclusivamente por elas, em muitos casos é considerado como ajuda e não recebe o seu devido valor. O homem é visto como o chefe da família, é dele que parte as tomadas de decisões referentes à gestão de produção, porém as mulheres possuem dupla ou tripla jornada de trabalho que muitas vezes não é reconhecido pela família.

A Sucessão familiar é outro fator a ser discutido, pois os pais preparam seus filhos para gerenciar a produção, com isso as mulheres e as filhas ficam impossibilitadas em conseguir independência financeira, por não serem incentivadas ou preparadas para gerenciar a produção ou para ter o controle técnico do processo produtivo, principalmente quando se refere às novas tecnologias. Aguiar e Rosa (2008) ressaltam que a falta de autonomia e de apoio por parte da família, dificulta a execução de projetos e as tomadas de decisões dentro das propriedades, dessa maneira as mulheres ficam mais longe do espaço de gestão.

### **3.2 Gênero, trabalho e mulher rural**

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a expressão gênero faz referência às qualidades e características que a sociedade atribui a cada sexo (FAO, 2009). Essa definição considera as diferentes oportunidades, inter-relações e diferentes papéis sociais entre ambos os sexos; relacionando todos os aspectos da vida econômica e social, cotidiana e privada, cultural e política dos indivíduos, determinando características e funções de acordo com o sexo e a concepção que a sociedade tem dele (FAO, 1998; BARDUNI FILHO et al, 2010).

Em relação a mulher rural, nos permite observar o que ela representa em seu meio. A situação de opressão e subordinação no âmbito rural passa pela acomodação do papel do homem e da mulher, que está diretamente ligado com a relação hierárquica dentro das famílias rurais, onde a base material é a divisão sexual do trabalho. Toda essa diferenciação é determinada socialmente através de vivências, símbolos e representações, se perpetuando no dia a dia da dinâmica familiar.

A divisão do trabalho entre homens e Mulheres, gera novas responsabilidades onde, cabe ao homem o trabalho mais pesado que gere renda da agricultura e, à mulher, o trabalho relativo aos cuidados doméstico de cunho reprodutivo. Entretanto, o estudo realizado por Neves e Medeiros (2013), mostraram que as atividades desenvolvidas por mulher agricultoras não estão limitadas somente ao cuidado reprodutivo, mas também realizam atividades em outros setores das propriedades, como por exemplo, a produção de alimentos, que, entretanto, não são reconhecidas como realmente deveria. Inclusive, na maioria das vezes as mulheres rurais nem

sequer são consideradas agricultoras, é como se não possuíssem identidade própria, sendo conhecidas como a mulher ou filha de determinado agricultor.

Em meio às diversas tentativas de reconhecer o papel das mulheres no meio rural, podemos destacar o trabalho realizado pela FAO em 2011, o qual destaca a falta de oportunidade da mulher em relação ao homem no que diz respeito ao acesso à terra, à tecnologia, à produção e comercialização agrícola. O relatório afirma que se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens em produzir, a fome no mundo poderia ser reduzida entre 12% a 17%. Chama-se a atenção para outra hipótese: se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens no meio rural, o trabalho desenvolvido por elas resultaria em um expressivo crescimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento, onde se concentra a maior força de trabalho rural feminina (FAO, 2011).

O reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres no trabalho reprodutivo já é, por si mesmo, um velho entrave; outro fator, quando os estudos a respeito do trabalho reprodutivo recaem sobre o espaço rural, as análises tornam-se ainda mais intrincadas, porque, segundo Paulilo (2012), “as mulheres veem o ambiente rural em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não fazem uma divisão entre o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico”.

Segundo Hirata e Kergoat (2008), a desigualdade da divisão social do trabalho divide-se em dois princípios organizadores: o princípio de separação (haveria trabalho de homens e trabalhos de mulheres) o trabalho leve e o pesado, e o princípio hierárquico (um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher).

### **3.3 Políticas públicas e fortalecimento da igualdade entre gêneros**

Com o passar dos anos, os governos perceberam a real importância da mulher no âmbito rural, visando alcançar esse público, o Estado criou políticas públicas objetivando o fortalecimento da agricultora, por intermédio de trabalhadoras rurais. Estas políticas vêm contribuindo para maior desenvolvimento e participação das mulheres no meio rural, reafirmando seu valor no seu ambiente de trabalho, melhorando sua qualidade de vida e sua autoestima. Entre as políticas, destacamos:

### **3.3.1 Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)**

O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) foi instituído pela Portaria Interministerial nº 2 de 2008 e, atualmente, é de responsabilidade da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Cooperativismo (Saf), criada em 2 de janeiro de 2019, pelo Decreto nº 9.667, com a transferência das competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O Programa tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais visando a autonomia econômica e o protagonismo feminino no campo através do acesso a outras políticas públicas de apoio à produção e comercialização (Brasil, 2018).

O programa incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização entre as mulheres. A atuação valoriza os princípios da economia solidária e feminista no meio rural, apoiando ações com orientações metodológicas. As principais formas de execução da política são: chamamentos públicos para contratação de projetos; termos de referência; e parcerias com universidades e institutos federais, por meio da descentralização de recursos e parcerias com os Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs) (.BRASIL, 2018, p. 1).

### **3.3.2 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)**

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), elaborado em 2004 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, veio com intuito proporcionar a autonomia e a condição de cidadã das agricultoras. O programa faz a emissão, de forma gratuita, dos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, visando efetivar sua condição de cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar o acesso às políticas públicas, assim como também, objetiva informar e orientar as mulheres sobre a importância da documentação e sobre as políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária. Destina-se às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas.

O PNDTR tem o objetivo de assegurar às mulheres, o acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia.

É executado por meio de mutirões itinerantes realizados sob a coordenação de 28 equipes estaduais articuladas pela parceria entre as Delegacias Federais da Sead e as Superintendências Regionais do Incra.

O marco legal que rege o programa está definido pela Norma Conjunta de Execução MDA/INCRA n<sup>o</sup> 1, publicada em 22 de fevereiro de 2007.

### **3.3.3 Pronaf-Mulher**

É um crédito que tem por objetivo atender exclusivamente as necessidades produtivas das mulheres rurais. Promovendo o reconhecimento e o estímulo ao trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar além de poder acessar as outras linhas de crédito do PRONAF como parte da família ou como chefe da família (AEGRE/MDA, 2010). É um meio bastante eficaz na inclusão de tomadas de decisão por parte das mulheres.

### **3.3.4 Reforma Agrária**

A grande parte da zona rural brasileira é composta por mulheres, e cada vez mais são elas que assumem a frente pelo grupo familiar e são afetadas cada vez mais pelos processos migratórios. Ao elaborar o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2004), o poder público se responsabilizou em transpor o desafio de superar as desigualdades entre gênero existente no meio rural. Com a publicação da Portaria n<sup>o</sup> 981/2003 e da Instrução Normativa n<sup>o</sup>38/2007 do INCRA, as mulheres puderam ter acesso à propriedade da terra (CADERNO ..., 2010).

## **3.4 Movimentos Sociais em Pró das Trabalhadoras Rurais**

As primeiras reivindicações passaram a ter a devida atenção na década de 1980, nas reuniões de mulheres dos sindicatos dos trabalhadores rurais em diversas regiões do Brasil. Onde lutava-se por um serviço de assistência social, saúde, educação, e luta por igualdade, reconhecimento como trabalhadora rural.

Em 1981 essa luta foi fortalecida nas primeiras entidades sindicais, onde a participação feminina se expandiu a Federação dos Trabalhadores Rurais, passando

a ser incluída na pauta de discussão, assuntos os quais eram discutidos, a valorização do trabalho feminino e a importância da trabalhadora rural. (KRETER, 2005).

O MSTR na década de 1990 foi de suma importância para o avanço de políticas públicas, entre elas, a luta pela terra na efetivação da política de assentamentos, direitos previdenciários, crédito agrícola voltado exclusivamente a agricultura familiar. Nesse sentido podemos afirmar que o movimento, através de suas lutas, ajudou na redução da desigualdade entre zona rural e urbana, tendo efeito positivo entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo favorecido o acesso das mulheres aos direitos e políticas sociais (CONTAG, 2003).

As mulheres do campo, além de formas de trabalho precária, elas ainda enfrentam muitas dificuldades para terem seu trabalho reconhecido, mesmo depois de travarem muitas lutas. A sua trajetória inicialmente é marcada pela luta a terra, posteriormente pelos direitos trabalhistas e previdenciários e o acesso as políticas públicas. Enfim, nesta caminhada a mulher assumisse como militante nos movimentos, partidos e sindicatos e deixou os departamentos femininos como capítulos de uma história do passado (Gohn, 2008, p. 141).

Antes do MSTR as mulheres sempre batalharam pelo reconhecimento da profissão como trabalhadora rural; direito à sindicalização, pois apenas com estes direitos elas poderiam ter acesso aos direitos sociais, especialmente o direito a aposentadoria, salário maternidade, acesso ao credito agrícola, e o tão sonhado acesso à terra.

Nesta trajetória de luta pela conquista de espaço no MSTTR. Surge em 2000, a Marcha das Margaridas que teve como base a Marcha Mundial de Mulheres realizada em 2000 com o seguinte tema: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, em que se reuniram mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. Elas marcharam com o propósito de chamar atenção sobre a situação alarmante de pobreza e violência que afeta principalmente as mulheres (Silva, 2008).

### **3.5 Empoderamento Feminino**

Para Idoie Zabala (2010), o termo ‘empoderamento’ foi importado pelas agências do desenvolvimento ao ser percebido exclusivamente na sua dimensão

metodológica e instrumental. Esta visão parece permanecer até os dias atuais. Diretrizes da ONU-Mulheres (2016) afirmam que empoderar as mulheres é alcançar 'igualdade de gêneros' e condição para 'economias fortes'.

León (2001), relata o processo de empoderamento que o mesmo deve estar ligado ao gradual de reconhecimento, por parte das mulheres, das estruturas de poder que estão presentes na vida dos indivíduos (na vida das mulheres) e dos grupos os quais elas fazem parte. Este reconhecimento encoraja as mulheres e demais grupos excluídos a lutarem para juntos, mudar as estruturas sociais existentes, isto é, para reconhecerem a mudança e, quem sabe, abalar e, enfim, destruir a ordem patriarcal que prevalece nas sociedades contemporâneas.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivos, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (BATLIWALA, 1994, p. 130).

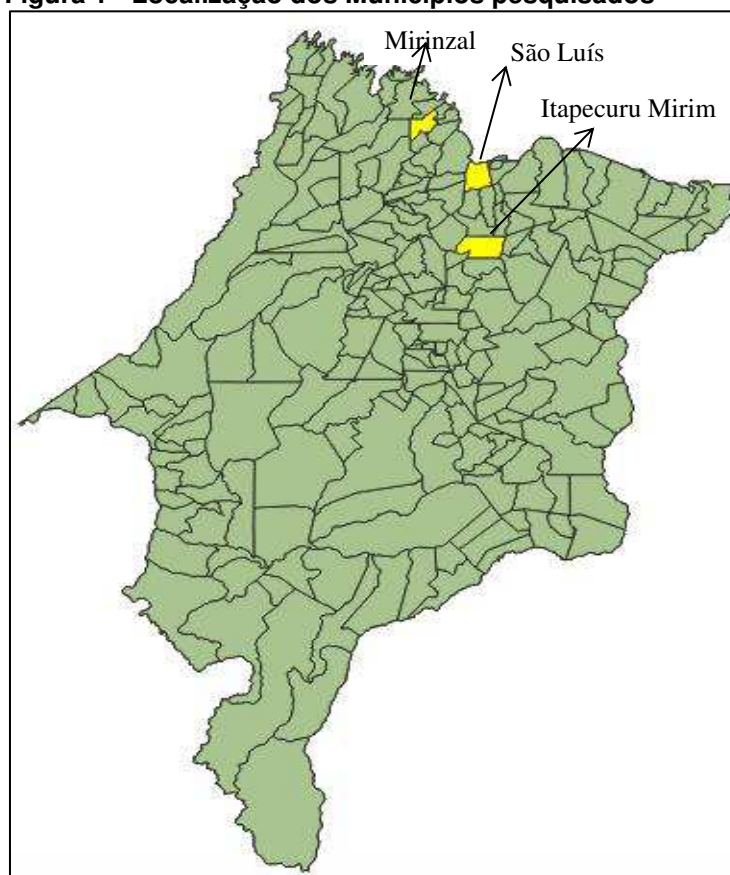
Nesta complicada caminhada, o primeiro passo deve ser o despertar da consciência em relação à discriminação de gênero, o reconhecimento da existência da desigualdade entre gênero. O importante é, ao reconhecer a existência desta desigualdade no seu dia a dia, tratá-la com mais rigidez, e indignação, e querer mudá-la na sua vida e de outras mulheres, e futuramente educar seu filhos e filhas para que possam ter essa visão de respeito pelo próximo, para que outras mulheres não venham a passar pela mesma situação, afinal somos todos iguais.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Local de Estudo – Municípios do Estado do Maranhão

O trabalho foi desenvolvido em duas comunidades quilombolas localizados nos municípios de Mirinzal e Itapecuru Mirim e com mulheres produtoras/feirantes de São Luís que trabalham na Feirinha da Agronomia- UEMA e nas feiras livres da Praça da Saudade e da AGERP - João Paulo (Figura 1). A escolha do local de estudo foi devido essa maior integração dessas mulheres na agricultura familiar.

**Figura 1 - Localização dos Municípios pesquisados**



Fonte: Elaboração própria, QGis (2019).

### 4.2 Técnicas de Coleta dos Dados e Variedades

O estudo foi realizado com a utilização de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através da aplicação de um questionário estruturado contendo 31 perguntas abertas e fechadas sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres, sua rotina de trabalho, o seu grau de reconhecimento dentro dessa



comunidade, renda e qualidade de vida (Apêndice A). No município de Mirinzal, mais especificamente na Comunidade Quilombola “Deserto”, pertencente a Mesoregião Leste Maranhense, foram aplicados 12 questionários. No município de Itapecuru Mirim, pertencente a Mesoregião Norte Maranhense, a pesquisa foi conduzida também em comunidade quilombola, sendo esta a Comunidade “Canta Galo”, na qual foram aplicados 13 questionários. Em São Luís, foram aplicados 15 questionário, totalizando 40 questionários.

Os dados secundários foram obtidos através da pesquisa bibliográfica, tais como monografias, artigos científicos e fontes estatísticas, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa realizada foi do tipo descritiva, segundo Gill (2006), esse tipo de pesquisa tem como objetivo descrever as características de uma população e é a mais usada nas pesquisas sociais e, são também, de grande importância para avaliar políticas públicas.

A definição da amostra foi feita após a escolha dos locais. A escolha das comunidades e feiras, foi utilizada a amostragem não probabilística. Segundo Oliveira (2001) ao utilizar uma amostra não probabilística “o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis”. Neste caso, a amostra será definida de acordo com o acesso aos produtores.

### **4.3 Métodos de Análise**

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise estatística. Todas as análises estatísticas serão realizadas através dos Programas Excel (Microsoft Office Excel).

A análise estatística foi realizada através da análise descritiva, utilizada para permitir uma primeira descrição e análise dos dados. Ela também resume e organiza as informações importantes.

Os resultados foram apresentados em números percentuais, tabelas e gráficos com o objetivo de simplificar e tornar os dados mais facilmente perceptíveis.

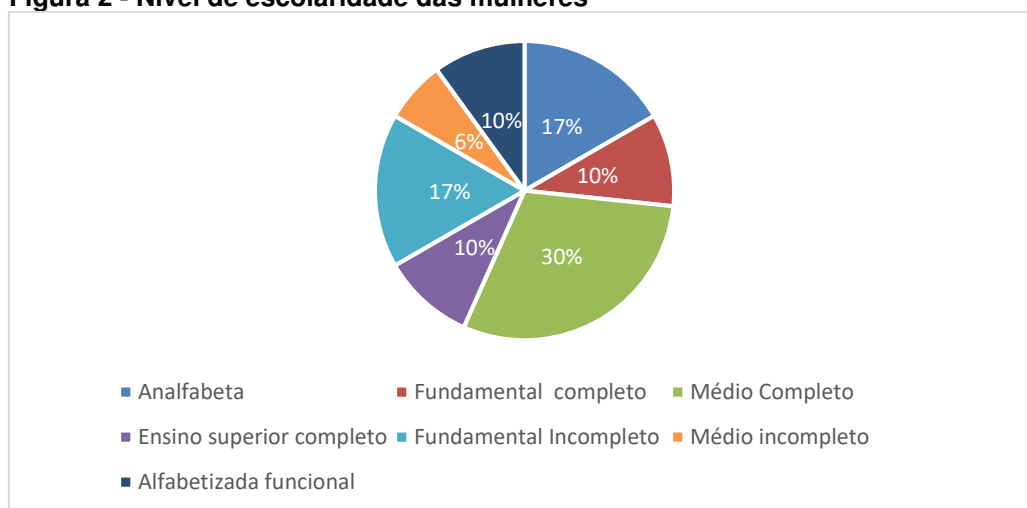
## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados com a pesquisa estão demonstrados em forma de tópicos para facilitar a descrição e entendimento.

### 5.1 Caracterização social das mulheres

As mulheres que participaram da pesquisa tinham entre 25 e 68 anos, com a média de idade de 40 anos. Entre elas 32% tinha o ensino médio completo, 26% possuíam fundamental incompleto, 8% tem ensino superior, 8% fundamental incompleto, 5% médio incompleto (Figura 2). A relação de idade é um fator de relevância, nota-se que as mulheres mais novas, são as que detêm maior nível de escolaridade. A maior escolaridade influencia positivamente na autonomia do trabalho e de renda na agropecuária, além de facilitar a compreensão dos diversos programas voltados às mulheres e de absorção de tecnologias e conhecimentos repassados através de capacitações. Em média essas mulheres moram com 3 filhos(as) em sua propriedade.

**Figura 2 - Nível de escolaridade das mulheres**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Segundo Brumer 2004, as mulheres tendem em investir mais em educação se comparadas aos homens, pois de modo geral as mulheres herdarão uma parte das terras de sua família ou serão contratadas para trabalhar no meio rural, em todo caso rejeitando ambas as situações, semelhante as de suas mães, as meninas tendem a

investir mais na educação do que os meninos, visando quem sabe uma mudança para o meio urbano.

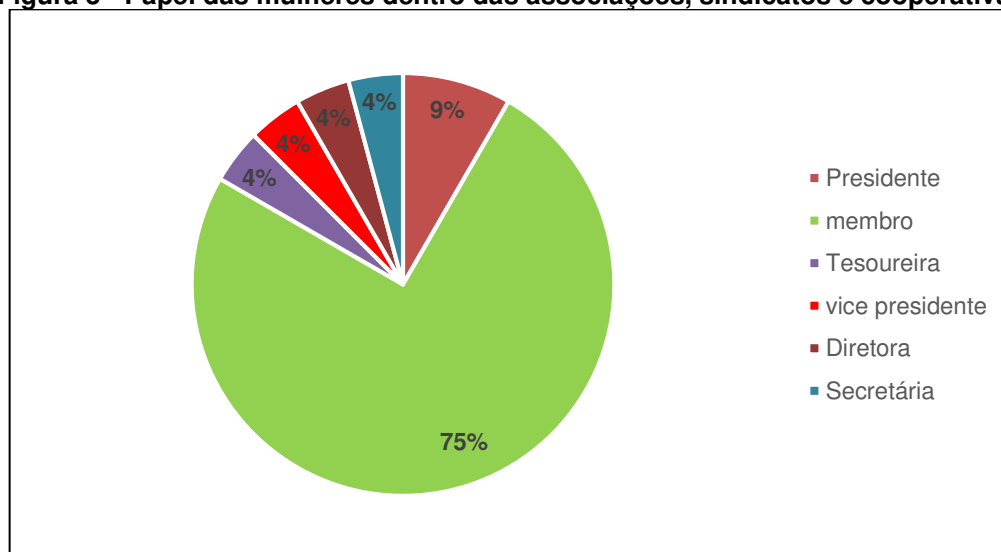
Quanto a sua participação em programas sociais, 71% das mulheres participam do programa Bolsa Família, 21% aposentadoria rural e 8% responderam outros benefícios, tais como: Minha Casa Vida, Salário Maternidade. A participação expressiva no programa Bolsa Família não acomodou essas mulheres em casa, pois elas afirmam que é uma ajuda a mais, mas não supre todas as suas necessidades.

Em relação a assistência técnica, 97% das mulheres não receberam esse tipo de serviço nos últimos anos e, das que receberam (3%), foi por intermédio de um programa social. A falta de assistência técnica é um entrave no momento de ampliar a produção e melhorar a qualidade dos produtos.

Ao longo da aplicação dos questionários, as mulheres relataram receio em solicitar investimento a Bancos para aplicar na lavoura por receio de ocorrência de alguma praga e que os conhecimentos tradicionais não fossem o bastante para o controle da mesma, o que dificultaria pagamento ao banco. Em decorrência disso 80% das mulheres não tem acesso ao Pronaf Mulher, apenas 20% delas já acessaram esse financiamento e o conheceram por meio de palestras ou associações.

Quanto à participação em organizações sociais como: associação, sindicato ou cooperativa, 66% participam e 34% não participam, quando questionadas sobre sua função, 72% se diziam membro e 4%, descreve sua função como: tesoureira, secretária, presidente, vice-presidente, diretora (Figura 3).

**Figura 3 - Papel das mulheres dentro das associações, sindicatos e cooperativas**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Segundo Ribeiro et al. (2010), as mulheres não participavam de reuniões sindicais nem mesmo tinham o direito de se associar, participavam somente quando se tratava de assuntos específicos para mulheres. Sua participação nos sindicatos começou de forma gradual. Hoje é cada dia mais notório a participação das mulheres nesses órgãos, inclusive exercendo diferentes cargos.

Quando questionadas sobre a permanência das filhas na agricultura, 73% afirmaram que suas filhas não desenvolvem atividades agrícolas, enquanto 27% disseram que suas filhas permanecem no campo e que nesse ambiente, formaram sua própria família e encontraram meio de sobrevivência.

Segundo Brumer (2014), o que motiva a saída desses jovens do campo são as más condições de trabalho vinculadas às incertezas de rentabilidade. Em concordância, Silvestro et al. (2001) apontam que muitos filhos de produtores rurais perdem o interesse pelos negócios familiares por buscarem melhores oportunidades de renda fora do meio rural. Estudo realizado por Souza (2018) com 56 jovens que cursam o ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e jovens do Curso de Agroecologia coordenado pelo (LABEX/UEMA), mostrou que 63% dos jovens desejam mudar-se ou continuar na cidade alegando a busca de melhores condições de trabalho, renda e lazer

A permanência dos jovens no cenário rural é muito importante, por isso o prazer em permanecer no campo deve ser despertado, para que as atividades no campo possam ser vistas não somente como um trabalho árduo e com pouco retorno financeiro, mas como um trabalho rentável, capaz de proporcionar renda e qualidade de vida, assim como também, uma forma de dar continuidade às tradições e a cultura local.

Quanto à ajuda nas tarefas domésticas, 73% das mulheres responderam que as recebem de suas filhas, enquanto 23% delas relataram que executam todas as atividades sozinha. Ainda presenciamos a organização e a divisão do trabalho no meio rural acontece em uma extensão entre o ambiente doméstico e a produtividade, numa relação de continuidade entre consumo e produção com base, principalmente, na divisão sexual do trabalho. Assim, este trabalho corrobora com Santos (2016), quando ele afirma que a centralidade da figura masculina neste processo de produção coloca

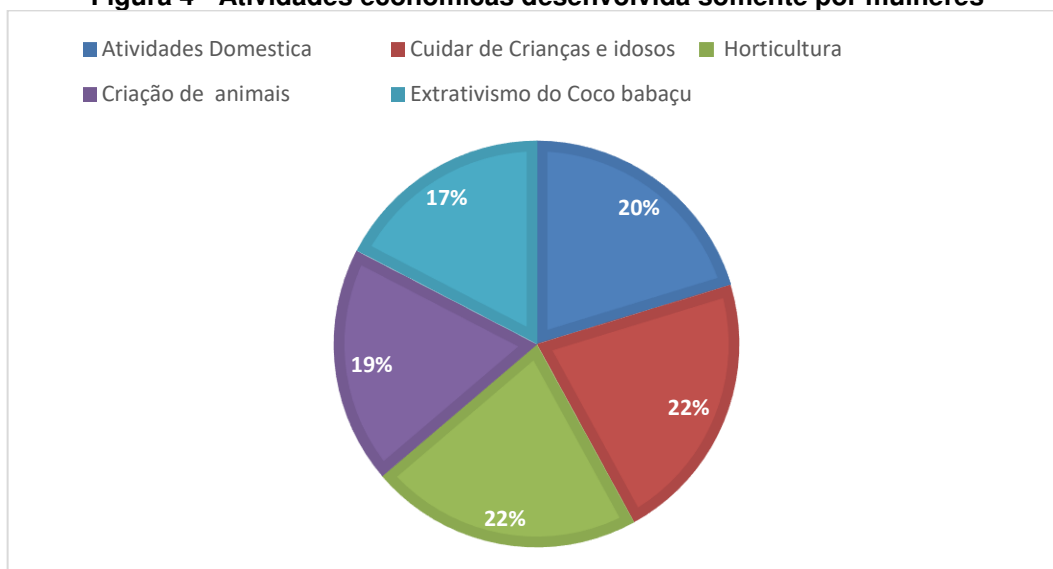
homens como produtores e as mulheres como reprodutoras, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída.

A pesquisa ainda reforça o que foi dito por Nascimento (2011) quando ele coloca que a participação das mulheres nas tarefas produtivas é tida como ajuda ou complemento ao trabalho masculino, ou seja, os mesmos espaços de trabalho possuem significados diferentes para homens e mulheres.

## 5.2 Dimensão Produtiva

Quando questionadas sobre quais atividades dentro da propriedade rural eram desenvolvidas exclusivamente por elas, obtivemos as seguintes respostas: 25% atividades domésticas, 21% cuidar de crianças e idosos, 24% cuidar da horta, 16% cuidar dos animais de pequeno porte e 14% responderam quebra do coco babaçu (Figura 6).

**Figura 4 - Atividades econômicas desenvolvida somente por mulheres**



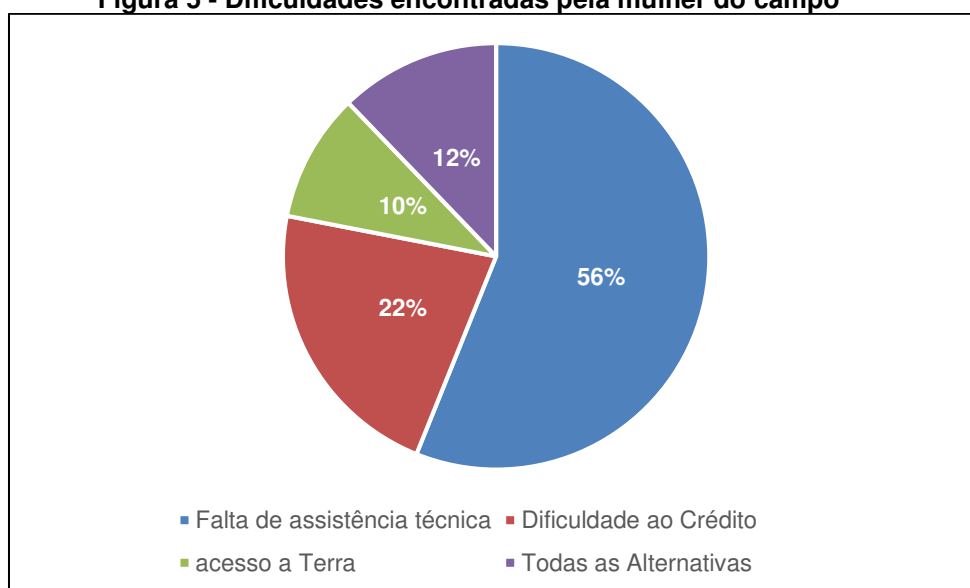
Fonte: Elaboração própria (2019).

Todas as mulheres afirmaram desenvolver mais de uma atividade. Este é o cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais, fato comprovado nesta pesquisa. Realidade que ainda não mudou e que vem colaborar com o exposto por Santos (2016) ao dizer que a mulher não participa apenas da esfera reprodutiva, garantindo a reprodução física, material e espiritual da família, mas contribui imensamente com as tarefas necessárias na produção, mesmo que estas sejam consideradas ajuda.

É comum também que as próprias mulheres rurais não percebam o caráter produtivo que seu trabalho na agricultura familiar possui, a falta da valorização favoreceu que essas mulheres tivessem essa visão (SANTOS, 2016). Em discordância, parcial, a este autor as mulheres pesquisadas reconhecem a importância do seu trabalho para o desenvolvimento pleno de suas famílias.

Quando perguntadas sobre as principais dificuldades encontradas no campo, 56% acham que é a falta de assistência técnica, 22% dificuldade na obtenção de crédito, 10% acesso à terra e 12% que têm dificuldades na assistência técnica, no crédito e no acesso à terra (Figura 5). Quanto à dificuldade ao acesso ao crédito, o que se percebeu foi a falta de informação e a falta de condições de atender as exigências necessárias. Assim, os resultados estão de acordo com Santos (2016) ao afirmar que as linhas especiais de crédito que são voltadas às mulheres e aos jovens rurais, apresentam muitas dificuldades estruturais que comprometem a chegada desse recurso a esse público alvo.

**Figura 5 - Dificuldades encontradas pela mulher do campo**



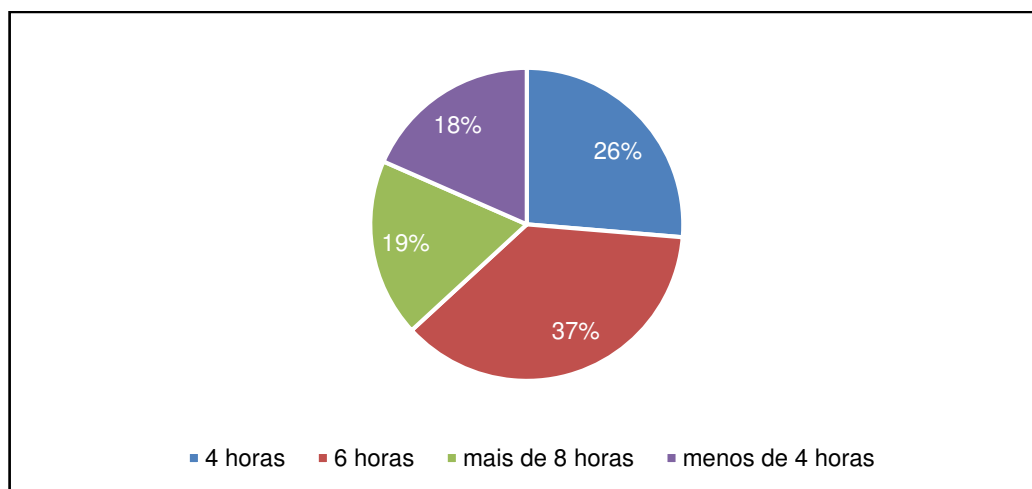
Fonte: Elaboração própria (2019)

Entre as dificuldades podemos ressaltar a falta de documentação pessoal básica e de título de propriedade da terra entre as mulheres, em muitos casos a documentação das terras fica com a figura masculina; com o uso inadequado de recursos financeiros levando ao endividamento pelo marido, em muitos casos desconhecido por suas esposas, e essa condição impossibilita o acesso o crédito; a falta de conhecimento dos profissionais que trabalham com o crédito, em relação a

essas linhas específicas para mulheres; os projetos elaborados pelos técnicos que muitas vezes se restringem a atividades primárias da agricultura familiar; a rede de assistência técnica disponível não apresenta formação para realizar trabalhos visando a inclusão positiva das mulheres; o esgotamento da capacidade de investimento da família quando da solicitação de um projeto de crédito e principalmente a falta de autonomia econômica das mulheres para decidirem contrair o empréstimo junto aos bancos. (COPETTI, 2008).

Em relação ao tempo de trabalho das mulheres no campo, os dados mostram que 33% delas dedicam 4 horas/dia, 47% dedicam 6 horas/dia, 23% mais de 8 horas/dia e 23%, menos de 4 horas. (Figura 6). Essas mulheres que dedicam menos de 4 horas ao campo exercem outras atividades e recebem salário fixo, possuem um grau de escolaridade maior, mas não abandonaram a agricultura, ela só deixou de ser a atividade principal para o fornecimento de renda e passou a ser uma atividade complementar.

**Figura 6. Horas dedicadas ao trabalho no campo**



Fonte: Elaboração própria (2019)

As atividades desempenhadas por estas mulheres, que recebem salário fixo, são relacionadas ao ensino em escolas, exercendo cargo de professoras em suas comunidades.

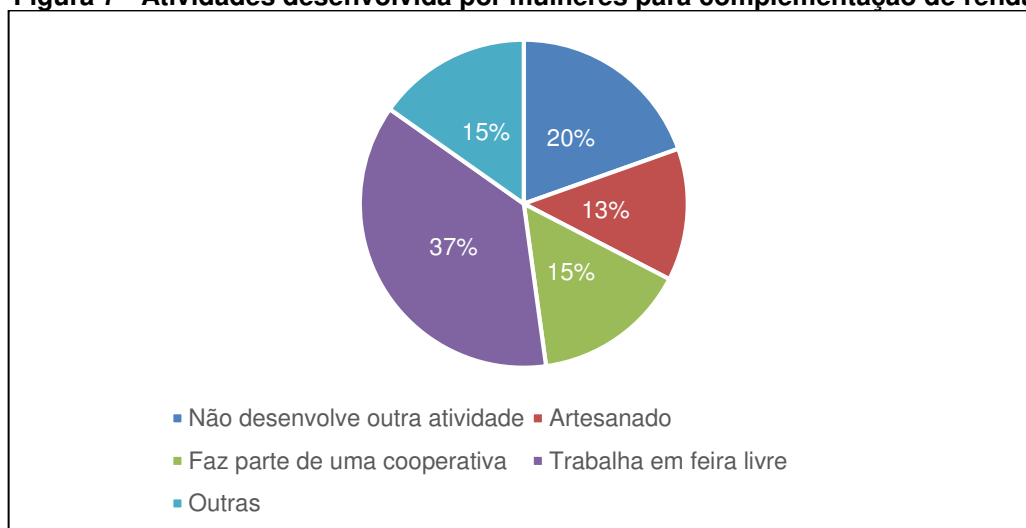
Já para as mulheres que dedicam mais tempo, nota-se que o número de horas em atividades exercidas, tanto nas atividades atreladas ao trabalho na roça quanto a execução das atividades doméstica, é excessivo. Quando a mulher tem ocupação com os filhos pequenos, o trabalho da roça é reduzido, o mesmo aplica-se aos casos de mulheres que possuem outra ocupação. A redução na jornada de trabalho feminino não está associada ao descanso, mas sim uma redistribuição entre uma tarefa e outra.

### 5.3 Dimensão Econômica

Quando questionadas sobre as diferentes atividades desenvolvidas pelas mulheres do campo para complementação de renda, encontramos que 20% delas não desenvolvem outra atividade, 13% fazem algum tipo de artesanato, 15% fazem parte de cooperativas de quebradeiras de coco babaçu, 37% trabalham em feiras livres e 15% declararam desenvolver outras atividades, como diarista, vendedoras e merendeiras (Figura 7).

Por contribuir massivamente na complementação de renda, as mulheres conseguiram obter sucesso quando a tomada de decisão na distribuição da renda, fazendo com que suas vozes fossem ouvidas, isso proporcionou maior participação das mulheres frente aos negócios da família

**Figura 7 - Atividades desenvolvida por mulheres para complementação de renda**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Quando questionadas sobre a tomada de decisão no momento de distribuição da renda, 74% diz reunir a família para tomar essa decisão, em 24% dos casos, são as mulheres que fazem essa distribuição e 2% o marido toma essa decisão sozinho.

Em média essas mulheres contribuem com 50% da renda total de suas famílias, mas isso varia muito já que as mesmas dependem das condições climáticas para que seus plantios obtenham sucesso. Além de enfrentarem outros problemas, como preço inadequado, local para comercialização, e o atravessador que cobra valores elevados para transporte da carga.



Quando questionadas sobre os entraves na comercialização dos produtos, 56% afirmaram que os consumidores não querem pagar pelo preço justo de seus produtos e 43% disseram que a falta de transporte e 1% disseram que o maior problema no momento de comercializar seus produtos é a falta de local adequado. A falta de transporte próprio, faz com que os lucros diminuam, isso faz com que elas necessitem de atravessadores, que no final recebem a maior parcela do lucro da venda do produto.

Ao serem questionadas sobre o controle de quanto se gasta e quanto se tem de lucro com suas produções, constatamos que apenas 27% das mulheres disseram fazer controle de gastos. Das que não fazem controle dos gastos (73%), alegam que gastam mais do que recebem e, que, se isso fosse comprovado, elas ficariam mais desmotivadas com a atividade.

## 6. Considerações Finais

Na proporção que o trabalho é fundamental para o reconhecimento da participação social dos indivíduos, a falta de reconhecimento social da mulher rural como trabalhadora ainda as assombram e as privam de seu devido reconhecimento enquanto sujeita social e sujeito público que participa ativamente na produção e reprodução de seus meios de vida, com capacidade de intervir e transformar as relações de gênero e trabalho rural na casa, na roça, na horta, no quintal, na comunidade e em espaços representativos de interesses comuns, como sindicato, conselhos e associações. Aos poucos essas mulheres conseguem conquistar seu espaço, mas muito ainda tem que ser feito para que se conquiste o ideal.

Mesmo que tardiamente no campo, as manifestações também chegaram no campo e são elas as responsáveis pela revelação das potencialidades e a força dessas mulheres rurais. Mulheres fortes, empoderadas que sabem que querem e que são capazes de chefiar famílias e suprir as suas necessidades, pautando sua atuação na conservação do núcleo familiar, na igualdade de responsabilidades e direitos.

O protagonismo das mulheres rurais se inscreve num cenário que busca, não somente através de leis, a igualdade entre homens e mulheres, mas que almeja uma mudança na cultura da igualdade de gênero dentro da população. Cabe a todos o respeito e a valorização dessas mulheres, que são o pilar da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, V.V.P; ROSA, E.P. Sistema de produção e Gênero na Agricultura Familiar, NAF- UFSC, FAZENDO GÊNERO 8- **Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis,2008

ALMEIDA, J.A.T.; NORONHA C.R.B.; BRITO, E.R.P.; FARIAS,A.R.B.; ANDRADE,H.M.L.S. A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas. **18 REDOR** Recife PE, p. 3740-3750,2014.

BAPTISTELLA, C. S.L; FRANCISCO, V.L.F.S. **o trabalho feminino rural paulista**. [2005] disponível em: <[w.w.w.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?coodtexto=1653](http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?coodtexto=1653)>. Acesso em 12 abril 2019.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p.77-93, mai/ago. 2006.

BARDUNI FILHO, J.; DELESPOSTE A. G.; CARVALHO, A. L. de. As novas perspectivas de gênero no meio rural: o papel feminino em (re)construção. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, 2010: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, 2010. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/biblio/ag/F?sort=title&order=asc>> Acesso em: Janeiro de 2019

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (Ed.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press, 1994. p. 127-138.

BRASIL. Secretaria de Agricultura familiar e Cooperativismo (SAF). **Organização Produtiva das Mulheres Rurais: o programa de visibilidade e promoção da mulher no campo**. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/organiza%C3%A7%C3%A3o-produtiva-das-mulheres-rurais-o-programa-de-visibilidade-e-promo%C3%A7%C3%A3o-da-mulher>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Agricultura familiar e Cooperativismo (SAF). **Documentação das trabalhadoras rurais**. 2019. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/dpmr-doc/sobre-o-programa>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

**Cadernos de Formação Documentação da Trabalhadora Rural**. Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Brasília 2010.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205- 227, janeiro-abril/2004.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Porto Alegre, RS: UFRGS; Chapecó, SC: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa

BUARQUE, C. Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, p. 1-45, 2002.

CONTAG. **40º Aniversário da Confederação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão**. Brasília: 2003.

COPETTI, L.D. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural**: caso do pronaf-crédito no município de Alegria-RS. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de pós – Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

DEERE, C. D; LEÓN, M. O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). (2011) O Estado Mundial de la agricultura y la alimentación. Roma: FAO, parte I

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Equidad entre gêneros em la agricultura y desarrollo rural**: Una guía rápida sobre la incorporación de las cuestiones de género en el nuevo marco estratégico de la FAO. Roma, 2009.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Censos agropecuarios y género**: conceptos y metodología. 1998. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/004/X2919S/x2919s00.htm#Contents>> Acesso em: Janeiro de 2019

GASSON, R; WINTER, M. Gender relations and farm household pluriactivity. Journal of Rural Studies, Great Britain, v.8, n.4, p.387-397, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. ed Edições Loyola, São Paulo, 2008.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. p.74

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2017. Disponível [cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama:-informacoes-completas](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama:-informacoes-completas)>. Acesso em 25.mai.2018.

LEÓN, Magdalena de. *El empoderamiento de las mujeres*: encuentro del primery tercer mundos en los estudios de género. *La Ventana*, n. 13, p. 94-106, 2001.

NASCIMENTO, S. M. V. **A reprodução docampesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da**

**monocultura de soja:** duas lógicas de desenvolvimento. 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2011.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (Orgs.) *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

PAULILO, M. *O peso do trabalho leve*. Ciência hoje. Rio de Janeiro. 1987. 5 (28), p. 64-70.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Ed Contexto, 2015.

SANTOS, N. A. dos. (2016). A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo / MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, (2178–2865), 8.

SILVA, B. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA, V. Divisão sexual e divisão racial do trabalho. In: SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA. *Nosso Trabalho Sustenta o Mundo*. ed. 02. Recife: SOS Corpo, 2012. 92 p.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis, SC: Epagri; Brasília: Nead, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA, Bárbara Noeme da Silva. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens no setor rural praticando a agricultura familiar**. 2018. 49f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

## Apêndice

**Apêndice A - Questionário aplicado para coleta de dados**

COMUNIDADE/POVOADO: \_\_\_\_\_

**Dimensão Social**

1.Nome: \_\_\_\_\_

2.Idade: \_\_\_\_\_

3.Estado Civil

Casada ( ) Solteira ( ) Viúva ( ) Separada ( ) Mora Junto ( )

4.Grau de escolaridade? ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino fundamental incompleto ( )  
Ensino médio completo ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino superior completo ( ) Ensino  
superior incompleto

5.Número de filhos que residem na propriedade? \_\_\_\_\_

6.A quanto tempo mora/reside na comunidade/povoado? \_\_\_\_\_

7.A família é beneficiada por quais programas sociais? ( ) Bolsa Família ( ) Luz para Todos ( )  
Seguro defeso ( ) Seguro Desemprego ( ) Aposentadoria Rural ( ) Aposentadoria não rural ( )  
Auxílio doença ( ) Seguro maternidade ( ) Minha Casa minha Vida ( ) Outros:8. Recebeu ou recebe assistência técnica no ultimo ano agrícola? ( ) Não ( ) Sim Qual  
instituição? \_\_\_\_\_9.Participa de alguma associação, sindicato ou cooperativa?( ) Não Sim( ); Qual sua  
função? \_\_\_\_\_10.Já participou ou tem interesse em participar de cursos de capacitação na área que você atua? Sim  
( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_11.Suas filhas permanecem na agricultura familiar? Não ( ) Sim ( )  
Por quê? \_\_\_\_\_

12.Quem toma as decisões na hora da divisão de tarefas? Homem ( ) Mulher ( ) Todos juntos ( )

13.Quem decide pelo uso e distribuição dos recursos?  
Todos Juntos ( ) Mulher ( ) Homem ( )**Dimensão Produtiva**1.Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas na propriedade?  
Hortas ( ) Criação de Animais ( ) Fruticultura ( ) Produção de farinha ( ) Pesca ( ) Quebra do coco  
babaçu ( ) produção de carvão ( ) outra  
Qual? \_\_\_\_\_2.Quais são as atividades desenvolvidas exclusivamente por mulheres dentro da propriedade?  
Ordenha ( ) Atividades domesticas ( ) Cuidar da Horta ( ) Cuidar dos animais ( ) Quebra do coco  
babaçu ( )  
Trabalho na roça ( ) Ajuda o marido em outras atividades no campo ( )  
Quais? \_\_\_\_\_ Todas as atividades ( )3.Qual a forma de exploração agrícola? Manual ( ) Mecânica ( ) Ambas ( ) E quem faz  
uso? \_\_\_\_\_4. Mão de obra utilizada? ( ) Familiar: Homem, mulher e filhos ( ) Familiar: Homem e mulher ( )  
Familiar: Homem e filhos ( ) Familiar: Mulher e filhos ( ) Familiar e serviços de terceiros ( ) Apenas  
serviços de terceiros ?

5. Você já ouviu falar dos programas de incentivo a agricultura familiar, PAA, PNAE e PRONAF, PRONAF Mulher, ( ) Sim ( ) Não Sabe como ter acesso? Sim ( ) Não ( )

6. Quais as principais dificuldades encontradas pela mulher agricultora?

7. Falta de recursos financeiros ( ) Falta de assistência técnica ( ) Dificuldade ao crédito ( ) Acesso a terra ( ) Outro ( ) Qual? \_\_\_\_\_

8. Você enfrenta algum tipo de preconceito por trabalhar com agricultura?

( ) Sim ( ) Não

9. Quantas horas em média você dedica ao trabalho no campo? 4hs ( ) 6hs ( ) Menos de 8hs ( )  
Depende da atividade desenvolvida ( )

10. Exerce alguma liderança dentro da comunidade, associação ou sindicato?

( ) Sim ( ) Não

### **Dimensão Econômica**

1. Quais outras atividades você exerce, para complementar sua renda? Não desenvolve outras atividades ( ) Artesanato ( ) Trabalha em feiras livres ( ) Possui emprego fixo Qual? \_\_\_\_\_

2. Qual a renda média mensal da propriedade? \_\_\_\_\_

3. A maior parte da renda familiar vem da agricultura? Sim ( ) Não ( ) Qual a fonte? \_\_\_\_\_

4. O que você considera problema no momento da comercialização? ( ) Preço inadequado ( ) Atravessador ( ) Transporte ( ) Falta de lugar adequado ( ) Outros? \_\_\_\_\_

5. Você trabalha fora da propriedade? ( ) Sim ( ) Não

Qual o tipo de serviço? \_\_\_\_\_

6. Você acha que o seu trabalho tem o devido reconhecimento? Sim ( ) não ( )